

09 lobo
25/4/97 8a.10
PHR 04546

SELVAGERIA: 'Acho que a ocupação foi uma ilegalidade, compactuada pelo Governo. Não há ordem judicial', diz fazendeiro

PF fica na reserva pataxó para evitar conflitos

'Os índios não só podem como devem permanecer na fazenda que ocuparam', afirma o presidente da Funai, Júlio Geiger

Roberto Stuckert Filho

Ana Paula Macedo

Enviada especial

PAU BRASIL (BA). A Polícia Federal não deixará a reserva Caramuru-Catarina-Paraguassu dos pataxós há-hã-hãe, no Sul da Bahia, por temer um confronto entre os índios e donos de fazendas instaladas em suas terras. Inconformado com a ocupação da Fazenda Paraíso, invadida pelos pataxós, anteontem, o pecuarista Marcos Vinícius Gaspar Guimarães acusou ontem o Governo federal de compactuar com uma ilegalidade ao garantir a ação dos índios. Um dia após a invasão, Marcos Vinícius foi à fazenda, rebatizada por ele de Santa Marina, para retirar objetos pessoais da sede e acabou desarmado pela Polícia Federal, que encontrou em seu poder uma pistola automática 7,65.

— Acho que a ocupação foi uma ilegalidade, compactuada pelo Governo. Não há ordem judicial — afirmou o fazendeiro.

— Os índios não só podem como devem permanecer na fazenda — disse o presidente da Funai, Júlio Geiger de manhã, antes de seguir para Ilhéus.

Desde a noite de quarta-feira, Marcos Vinícius ensaiava ir à fazenda, mas foi desaconselhado pelo delegado Rubem Patury, que coordena a operação na reserva Caramuru-Catarina-Paraguassu. Patury recomendou que o pecuarista aguardasse o dia clarear para evitar tensões. Os índios ainda estavam muito exaltados e o presidente da Funai permanecia na fazenda.

Fazendeiro chega armado e tenta ignorar invasores

A muito custo o fazendeiro aceitou o conselho, mas ontem, logo cedo, entrou em contato com os agentes federais, que o escoltaram até a fazenda. Acompanhado por uma mulher, Cleile, e um policial, o pecuarista chegou à fazenda ao volante de seu Santana Quantum, depois de dirigir por oito quilômetros, desde a cidade de Pau Brasil. Na frente, uma viatura com outros quatro agentes federais o escoltava. Ao chegar à sede da Paraíso às 9h30m, tentando ignorar a presença dos índios que cantavam e dançavam agitados, o fazendeiro dava ordens aos empregados para que recolhessem objetos e sacas de cacau, além da caminhonete guardada num galpão. Menos de 15 minutos depois, um dos agentes percebeu que ele estava armado. Marcos Vinícius entregou prontamente a pistola 7.65 e, em seguida, a identidade e o porte de arma solicitados pelos policiais.

— Meu porte está cassado? — perguntou o fazendeiro.

— Não, a arma será devolvida quando o senhor retornar à cidade. Mas, em função do clima, não queremos que o senhor ande armado por aqui — respondeu o policial.

O fazendeiro alegou que levava a arma para garantir sua segurança e da mulher, e que não tinha intenção de entrar em confronto com os pataxós:

— Não vou atacar ninguém. Só não descarto a legítima defesa.

Mulher de fazendeiro acusa índios de furtarem colar

Enquanto isso, dentro da sede, Cleile e sua tia, Alzirinha, enchiam caixas de papelão com roupas, utensílios domésticos e outros pertences. Em poucos minutos, começaram a dar por falta de objetos, levantando suspeitas contra os pataxós, apesar da garantia da PF de que os índios haviam permanecido todo o tempo fora da sede.

— Isso é um vandalismo, um desrespeito — repetia Cleile, anunciando o desaparecimento de um cordão de ouro.

Impedidos de se aproximar da sede pelos policiais, que fizeram um cordão de isolamento, os pataxós observavam de longe a confusão.

— Dê licença, fazendeiros, para tomar nossa terra, para plantar — cantavam.

Dono da Fazenda Paraíso há cinco anos, Marcos Vinícius está disposto a esgotar todos os recursos judiciais possíveis para não perder a área. E criticou o



O PROPRIETÁRIO RURAL Vinícius Gaspar Guimarães, dono da Fazenda Paraíso, que fica dentro da reserva dos índios pataxós e foi ocupada por eles, entrega sua pistola a um agente federal

Em Pau Brasil, barracos de madeira são a aldeia da tribo

Pataxós tentam salvar língua nativa criando cartilha, mas só se lembram de 130 palavras

PAU BRASIL (BA). Uma desbotada placa da Funai, quase encoberta por uma árvore, é o único aviso da existência de uma reserva indígena. Espalhados em 1.079 hectares, pequenos barracos de madeira em nada lembram uma aldeia indígena. Muitos dos habitantes da área sequer apresentam traços de índios. Em Pau Brasil, há índios, mamelucos e negros, concentrados na reserva Caramuru-Catarina-Paraguassu, de onde os Pataxó Há-Hã-Hãe contam ter sido banidos na década de 40, por pressão dos donos de fazendas de cacau, para só retornar 42 anos depois. Tanto tempo fora fez com que os pataxós perdessem parte de suas características físicas — fruto da miscigenação — e culturais, fortalecendo argumentos dos atuais donos de terra da região que brigam na Justiça para não entregar suas fazendas aos índios.

— Acho que deveria ser feita uma pesquisa na área para saber quem é realmente índio — provoca o pecuarista Marcus Vinícius Gaspar Guimarães, dono da fazenda Paraíso, ocupada há dois dias pelos pataxós.

Hoje, os líderes pataxós se esforçam para recuperar o pouco que

ainda resta da cultura de seu povo. Mas, eles mesmos dizem, é difícil fazer com que o grupo se desligue do que já aprendeu com os brancos. Ligados à religião católica, grande parte dos pataxós atende pelos sobrenome Santos e Jesus, que também aparecem sempre em seus cânticos, mesmo nos rituais indígenas.

Todos os 1.723 índios falam bem o português, mas conta-se nos dedos aqueles que têm alguma noção do idioma pataxó. Há poucos meses, preocupado com o risco de extinção definitiva da língua nativa na aldeia, o cacique Wilson de Jesus Souza reuniu os índios mais velhos para um desafio: reunir palavras básicas para a confecção de uma cartilha na língua nativa. Com muito esforço, os pataxós conseguiram montar um dicionário de apenas 130 palavras. Agora, eles já sabem que "itornan" significa céu, "guerré" quer dizer chuva e "bekói", sol.

Na pequena escola, mantida com a ajuda da Prefeitura de Pau Brasil, os pataxós podem estudar até a quarta série primária. O cacique conta que muitas das 410 crianças são analfabetas, como 60% dos adultos. (Ana Paula Macedo)

Aldeia sofre com falta de água tratada e remédios

Cinco casos de dengue são registrados por semana, diz cacique

PAU BRASIL (BA). Os índios de Pau Brasil também enfrentam inúmeras dificuldades de infraestrutura. Queixam-se de abandono. Apesar de contar com energia elétrica (há até um aparelho de televisão na aldeia), os pataxós não dispõem sequer de água tratada. Um poço artesiano foi cavado pela Fundação Nacional de Saúde, que, no entanto, não chegou a fazer o tratamento da água. Um carro-pipa da Funai leva água tratada para a reserva.

Com a chuva insistente na região, pelo menos cinco casos semanais de dengue são registrados na aldeia, segundo o cacique Wilson de Jesus Souza. Numa pequena enfermaria do posto da Funai, os índios são atendidos às quartas-feiras por um médico. Há uma equipe de enfermeiros. Do atendimento, ninguém reclama. O problema, segundo os pataxós, é a falta de medicamentos.

— Assistência médica não falta, só que não tem remédio — reclama o cacique.

Dedicados à agricultura de subsistência, os pataxós plantam milho, mandioca, feijão e verduras. O excedente é vendido na feira livre de Pau Brasil, realizada todas às sextas-feiras e aos sábados. Com o dinheiro da venda, compram óleo, açúcar e arroz, que a partir de agora pretendem plantar na Paraíso. Já sabem que o desafio será grande. Afinal, já não contam mais com Galdino Jesus dos Santos, um de seus líderes e aquele que planejava todas as safras da aldeia. ■

comportamento dos proprietários das outras quatro fazendas da área, que estão sendo liberadas para a entrada dos índios. Funcionários levam móveis para caminhões na beira da estrada.

— Acho que ninguém devia deixar a fazenda antes da decisão judicial. Fico abatido, espiritualmente derrotado, quando passo na estrada e vejo essas cenas. É preciso mais união. Se a Polícia Federal não estivesse aqui, eu entraria na sede e só sairia morto — afirmou Marcos Vinícius.

Juíz diz a Geiger que ocupação da Paraíso é ilegal

A ocupação da Fazenda Paraíso pelos índios pataxós é ilegal e o fazendeiro Marcos Vinícius pode exigir na Justiça reintegração de posse. A informação foi dada ontem pelo juiz federal Antônio Ezequiel da Silva, de Ilhéus, ao presidente da Funai, Júlio Geiger. O juiz revelou também que um recurso contra a decisão que favo-

receu o fazendeiro, apresentado há seis meses pela Funai, estava esquecido na gaveta do Fórum. Hoje, ele vai encaminhá-lo ao Tribunal Regional da 1ª Região, em Brasília.

Geiger procurou o juiz antes de embarcar no Aeroporto de Ilhéus para Brasília e depois de ter sido obrigado pelos pataxós a permanecer três dias na reserva da tribo, em Pau Brasil, a 528 quilômetros da capital federal.

O juiz explicou-lhe que em outubro a então juíza federal Rosana Naia extinguiu o processo no qual os índios reivindicavam a integração da fazenda. Ela considerou que eles não comprovaram ter ocupado a propriedade antes de Marcos Vinícius. Logo em seguida, a Funai entrou com recurso que, por razões que o juiz não soube explicar, não foi enviado para o Tribunal Regional Federal. Apesar das informações dadas na última quarta-feira, lideranças dos pataxós e o prefeito de Pau

Brasil, Durval Santana (PMDB), garantiram que os índios invadiriam apenas a Fazenda Paraíso, e não cinco propriedades. A confusão, segundo eles, deve-se ao fato de os pataxós reivindicarem terras que hoje são ocupadas por cinco fazendeiros.

Ocupação prossegue sem registro de incidentes

Trezentos pataxós continuavam ontem ocupando a Paraíso, sem que ocorresse qualquer incidente. Vinte agentes da PF estão na área, para prevenir possíveis conflitos entre os índios e posseiros. Os pataxós continuam atribuindo a morte do índio Galdino dos Santos, em Brasília, à lentidão na solução para a demarcação de suas terras e não descartam a possibilidade de ocuparem outras fazendas, que, segundo eles, estão em terras que anteriormente pertenciam à tribo.

Por isso, segundo os índios, eles resolveram aproveitar a pre-

sença do presidente da Funai na reserva para tentar invadir uma das fazendas ocupadas. Geiger chegou a ser advertido pelo cacique pataxó Wilson de Jesus Souza que a comunidade esperava dele muito mais do que pêsames pela morte de Galdino. Geiger foi obrigado a permanecer na reserva, cercado por índios com bordunas e pintados para guerra. Em momento algum ele foi ameaçado. Depois de liberado, ele telefonou da Casa Paroquial de Pau Brasil para o ministro interino da Justiça, Milton Seligman, para dizer que estava bem, liberado e pronto para voltar para Brasília. Geiger negou que tivesse sido seqüestrado e até brincou:

— Isso prova que se não sei sempre para onde estou indo, pelo menos tenho uma intuição — disse ele, garantindo que só não saiu porque não quis. ■

COLABOROU Waldomiro Júnior (Salvador)

SELVAGERIA: Ministério Público Federal e Justiça comum disputam sobre de quem é a competência para fazer o julgamento

Na Justiça, uma batalha para julgar o crime

Delegado lembra que um dos réus é filho de juiz federal e outro, enteado de um ex-ministro do TSE

Leandro Fortes

• BRASÍLIA. A morte do índio pataxó Galdino de Jesus dos Santos, incendiado por cinco jovens num ponto de ônibus em Brasília, desencadeou ontem uma batalha judicial entre o Ministério Público Federal e a Justiça comum do Distrito Federal sobre a competência para julgar o crime. O procurador geral dos Direitos Humanos do DF, Luís Vanderlei Gazoto, ajuizou ontem duas ações para garantir a transferência do processo para a Justiça Federal alegando que, por ser a vítima um índio, o assunto está automaticamente vinculado aos interesses da União. O inquérito policial será encerrado hoje com a apresnetação do laudo do Instituto Médico Legal (IML) e, provavelmente, com o depoimento de Otávio Hermond Cançado, estudante de Brasília que esteve com o grupo de delinquentes pouco antes do crime.

O delegado Valmir Alves de Carvalho, responsável pelo inquérito policial, disse que a Justiça Federal não tem isenção para assumir o processo porque um dos réus, Antônio Novély Villanova, é filho de juiz federal e outro, Max Rogério Alves, é enteado de um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

— Transferir esse processo para a Justiça Federal cheira a armação — disse o delegado Valmir Alves, ontem de manhã, logo depois de despachar cópias do inquérito policial solicitadas pelo Ministério Público Federal.

STF deverá avaliar a quem cabe o julgamento

O procurador Luís Gazoto, em um dos seus pedidos, solicitou ao juiz titular da Vara do Tribunal do Júri do DF que decline da competência sobre o processo em benefício da Justiça Federal. Ao mesmo tempo, Gazoto encaminhou às duas varas criminais federais de Brasília um pedido para que a transferência de competência seja imediatamente aceita e, em seguida, encaminhada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a quem cabe avaliar a decisão. Ainda assim, disse Gazoto, o assunto deverá ser apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por se tratar — a questão indígena — de assunto constitucional. O procurador afirmou que o STF já tem quatro decisões favoráveis à transferência para a Justiça Federal de processos em que as vítimas eram índios.

Gazoto disse que as desconfianças do delegado Valmir de Carvalho não têm nenhum fundamento, uma vez que a competência da Justiça Federal não pode ser alterada simplesmente porque um dos réus é filho de um juiz federal. Segundo Gazoto, no caso de o juiz federal designado ser amigo do pai do réu, tanto a defesa como o próprio magistrado têm o dever de solicitar um impedimento oficial.

O único temor do procurador é o de que o juiz titular da Vara do Tribunal do Júri se negue a transferir a competência do processo para a Justiça Federal. Nesse caso, falou Gazoto, o Ministério Pú-



EVANDRO PERTENCE (à esquerda), ao lado do delegado Valmir Alves, durante o depoimento na 1ª Delegacia Policial de Brasília, ontem à tarde

AS CONTRADIÇÕES ENCONTRADAS PELA POLÍCIA ATÉ AGORA

VERSÕES SÃO CONTESTADAS

• **PRODUTO USADO:** Três acusados — Max Rogério, Tomás Oliveira e Eron de Oliveira — dizem que usaram um tipo de solvente que já estava dentro do carro. O menor G., que depôs em separado, revelou que o grupo foi a um posto comprar álcool hidratado para queimar o índio, a quem julgavam ser um mendigo.

• **COBERTOR:** Os mesmo três

acusados afirmam que Galdino estava enrolado num cobertor. Alegam que o que era para ser só um susto acabou se transformando numa tragédia provocada pelo crescimento incontrolável do fogo sobre o cobertor. O menor G. desmente o grupo de novo e diz que o álcool foi jogado sobre as pernas do índio enquanto ele dormia. Testemunhas que socorreram Galdino também afirmam que ele não

estava coberto.

• **OBJETIVO:** Todos alegam que a intenção era fazer uma brincadeira. A compra do álcool num posto de combustível — relatada pelo menor G. e confirmada pelo frentista Adailton Ribeiro da Silva — demonstra que houve um planejamento prévio do crime, uma vez que o grupo só decidiu comprar o produto depois de ter localizado Galdino.

blico Federal será obrigado a recorrer da decisão junto ao Tribunal de Justiça do DF — o que deve acabar no STJ, resultando num atraso ainda não dimensionado para o julgamento dos acusados de matar o índio.

Ontem, o delegado Valmir de Carvalho ouviu o depoimento dos três PMs que prestaram socorro a Galdino e de dois outros cidadãos que também aparece-

ram para ajudá-los: o estudante José Maria Gomes e o advogado Evandro Pertence, filho do presidente do STF, ministro Sepúlveda Pertence. Nenhum deles disse ter visto qualquer tipo de cobertor em cima ou próximo ao índio. Três dos cinco acusados — Max Rogério Alves, 19 anos, Tomás Oliveira de Almeida, 18 anos, e Eron Chaves de Oliveira, 19 anos — disseram à polícia que Galdino

de Jesus estava debaixo de um cobertor e que, por isso, o fogo se espalhou tragicamente sobre seu corpo. Um outro acusado, Antônio Novely, negou-se a falar na delegacia. O único menor incriminado não falou em cobertor algum e afirmou que o álcool foi jogado sobre as pernas do pataxó.

— Os três que falam de cobertor foram orientados pelos advogados. O menor, que prestou de-

poimento isolado dos outros, contou um outra versão que, ao que me parecer, é a verdadeira — falou o delegado Valmir.

O depoimento do advogado Evandro Pertence, primeira pessoa a prestar socorro ao índio foi tenso. Muito nervoso, Evandro evitou a imprensa.

Estudante diz que jogou cerveja para apagar o fogo

Ao delegado Valmir, Evandro Pertence contou que estava voltando de um casamento com a namorada, Janaína Naoum, quando percebeu que havia um "homem em chamas" num ponto de ônibus da avenida W3 Sul. Imediatamente, disse o advogado, ele parou o carro e começou a abafar o fogo com o paletó.

Logo em seguida chegou o chuveiro profissional Nairo Magalhães, que havia conseguido seguir e anotar a placa do Monza usado pelos criminosos. Nairo usou o extintor do carro para tentar apagar o fogo que tomava o corpo do pataxó. No depoimento de José Maria, o estudante revelou, ainda, que chegou a jogar cerveja sobre o corpo de Galdino para tentar apagar o incêndio. ■

Jovem confirma que esteve com os criminosos

Otávio Hermond diz que não foi convidado para participar do crime

• BRASÍLIA. Um estudante saiu e outro foi convidado a sair com o grupo de cinco rapazes que matou o índio Galdino Jesus dos Santos, na madrugada de domingo, mas ambos negam ter sido convidados para participar do crime. Otávio Hermond Cançado, 19 anos, disse ontem que deixou o grupo por volta de 3h da madrugada, na lanchonete Sky's, sem ouvir qualquer menção ou convite para colocar fogo na roupa de índio ou mendigo. O menor Y. também foi convidado na noite de sábado, mas nem chegou a sair de casa. Y. disse que seu amigo, o outro menor do grupo e que participou do crime, andava deprimido por ter tirado notas baixas na escola e que faltava muito às aulas. Ontem, G. chorou muito no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE).

Otávio afirmou que encontrou o grupo no Centro Comercial Gilberto Salomão pouco mais de meia-noite. Por volta de 2h, eles decidiram comer um lanche na lanchonete Sky's, na Asa Sul, a pouco mais de cinco quilômetros do Gilberto Salomão. Eram quase 3h quando Otávio disse ter se separado dos cinco rapazes.

— Conhecia o Eron, o Max e o Novély e os outros dois fiquei conhecendo naquela noite. Não me disseram nada sobre o que eles fariam depois. Fiquei chocado, eu nunca soube deste tipo de brincadeira — disse Otávio.

Otávio disse que jamais teria aceitado ir junto, mesmo que tivesse sido convidado. Ele disse que conhece Novély desde a adolescência e que teria conhecido Eron e Max há um ano e meio, mas sem muita intimidade. Otávio disse que nunca viu qualquer um deles beber ou consumir droga. E afirmou não saber se o grupo teria cometido o mesmo tipo de crime antes:

— Não posso falar se eles fizeram isso antes. Eles nunca iriam dizer isso para mim.

Y. disse que foi convidado para sair com o grupo de cinco rapazes pelo amigo menor de idade, mas que não aceitou porque teria de fugir de casa, já que sua família não havia autorizado. Em nenhum momento, disse ele, o convite incluiu alguma espécie de brincadeira com mendigos ou índios. Ele disse que tinha saído antes com o grupo e que ninguém fez este tipo de brincadeira.

O ponto de encontro dos cinco jovens que colocaram fogo no corpo do índio Galdino Jesus dos Santos, na madrugada de domingo, é um local de venda de produtos para churrasco, o Mr. Beef, na 404 Sul, a pouco mais de um quilômetro da parada de ônibus onde o crime ocorreu. Espetos, carvão especial, assadeiras e vários tipos de carne são os produtos vendidos na loja, onde trabalhavam Eron Chaves Oliveira e Tomas Oliveira de Almeida. Os três outros garotos visitavam os dois amigos geralmente nos sábados, quando o grupo lavava os carros, na porta da loja, para sair no domingo. ■

SELVAGERIA: Tese sustentada por três dos cinco acusados não encontra respaldo em trabalho que legistas vão divulgar hoje

IML não vê cobertor no local do crime

Laudo não soluciona a dúvida sobre o combustível usado pelos assassinos para queimar Galdino

Leandro Fortes

BRASÍLIA. O laudo do Instituto Médico-Legal (IML) de Brasília sobre a morte do pataxó Galdino de Jesus, que será apresentado hoje à polícia, vai informar que não há qualquer sinal de que o índio estivesse enrolado num cobertor — tese defendida por três dos cinco acusados para justificar a propagação do fogo. O laudo coincide com os depoimentos de todas as testemunhas ouvidas no inquérito policial, que também informaram não ter visto cobertor algum no local. Segundo o diretor do IML, José Eduardo Reis, o índio foi surpreendido pelo fogo quando estava deitado de lado, com as costas viradas para a rua.

Para legista, é impossível mensurar a dor de Galdino

Com o susto provocado pela dor das primeiras queimaduras, segundo o relatório dos legistas, Galdino tentou se sentar e as chamas o atingiram de cima para baixo, queimando as nádegas e os testículos. O laudo não define se os criminosos usaram álcool, mas explica que as labaredas se estenderam rapidamente pelo corpo: apenas parte do couro cabeludo e as plantas dos pés não foram queimadas. O legista José Eduardo Reis disse que é impossível mensurar o tamanho da dor que Galdino sentiu.

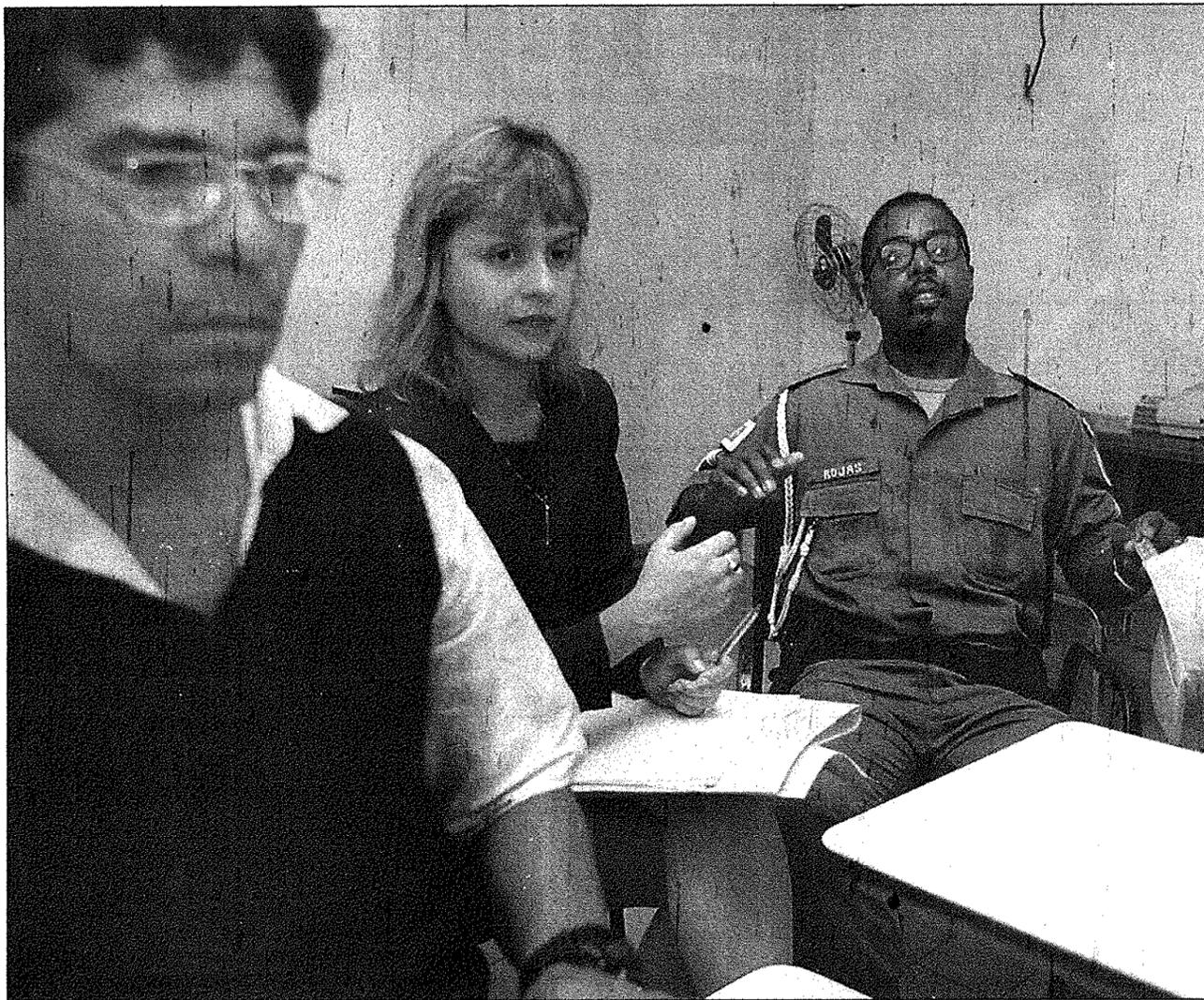
Segundo ele, com 95% do corpo coberto de queimaduras, o índio teve os terminais nervosos — que levam a mensagem da dor para o cérebro — expostos. O laudo do IML indica que Galdino morreu por falência múltipla dos órgãos vitais, sobretudo insuficiência respiratória e renal.

Foi a primeira vez que vi um corpo tão queimado de forma opostal — disse Reis.

Bombeiros e UNB ajudam peritos da Polícia Civil

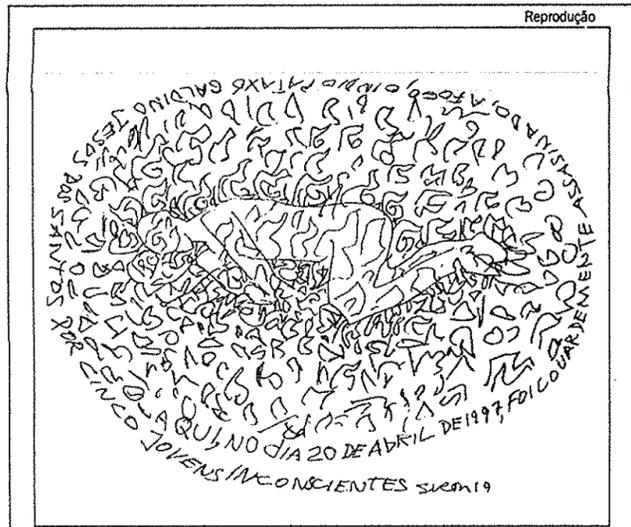
O Instituto de Criminalística da Polícia Civil vai demorar um pouco mais para concluir seu laudo. Segundo o diretor do instituto, Marcos Henrique dos Santos, só foram coletados no local do crime dois frascos de plástico e um pedaço de tecido queimado. Ele disse que terão de ser feitos testes químicos para descobrir o tipo de tecido encontrado e se fazia parte da roupa de Galdino ou de um cobertor.

O Instituto de Criminalística conta com a ajuda de especialistas dos Bombeiros e de químicos da Universidade de Brasília para descobrir que combustível foi usado no crime. Marcos Henrique acredita ter sido álcool hidratado porque, além do frentista ter dito que vendera o produto, há uma especificidade química que justificaria a rápida ação do fogo: a capacidade de o álcool se espalhar rapidamente. ■



Marco Antônio Teixeira

O SARGENTO JOSÉ Rodrigues, que registrou a ocorrência do crime contra o índio Galdino, presta depoimento à delegada Rosângela Celis na 1ª DP de Brasília



Reprodução

HOMENAGEM: Mosaico para Galdino

A morte do pataxó Galdino José dos Santos inspirou o artista plástico Siron Franco, que fará uma escultura a ser posta no local do crime. O local receberá um mosaico em mármore em preto e branco com a cena do corpo em chamas. O lançamento da obra está previsto para maio.

A fé na Justiça

Novély Vilanova da Silva Reis

Reitero minha solidariedade à família de Galdino Jesus dos Santos, morto na madrugada do dia 20 passado nesta capital. Sem o propósito de substituir o episódio, gostaria de dizer que, como pai de Antônio Novély Cardoso de Vilanova, minha dor é igual à da família da vítima. Estou consciente do propósito de Deus para com meu filho.

Somente nós, os pais, sabemos que nossos filhos estão sujeitos aos males dessa sociedade deformada. Filhos bem criados, filhos de pobre, filhos de rico, filhos de ministro de Estado, filhos de jornalista, também podem cometer crimes ou incorrer em desvios morais. Sem querer, Antônio Novély incorreu na infelicidade de ser filho de um juiz federal.

Concito a sociedade brasi-

leira a acreditar na Justiça do Estado. Cabe a ela, e somente a ela, julgar o caso na forma da lei. Não se deixe influenciar por opiniões ou comentários precipitados que só fazem desacreditar as instituições.

Agradeço as inúmeras manifestações de solidariedade. Imploro às autoridades locais que garantam a integridade física do meu filho, preso em estabelecimento carcerário. Isso não é privilégio, mas sim garantia constitucional.

Pelo amor de Deus, julguem meu filho pelo que ele fez e não por ser filho de um juiz federal. Na condição de pai, tenho o direito e o dever de prestar-lhe conforto e assistência.

NOVELY VILANOVA DA SILVA REIS, juiz federal, é pai de Antônio Novély Cardoso de Vilanova, um dos cinco rapazes que incendiaram o índio Galdino dos Santos Reis

Falta de energia provoca transtorno em 11 estados

Em São Paulo, defeito causa quebra-quebra e revolta nas estações

SÃO PAULO. Os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste sofreram ontem no início da noite com uma interrupção de energia que afetou 15% da rede de abastecimento e durou uma hora e meia. A falta de luz, provocada por problema na linha de transmissão entre Itaipu e Ibiúna (São Paulo), começou por volta das 18h30m e afetou onze estados e o Distrito Federal, segundo o diretor de operações de Furnas Centrais Elétricas, Celso Ferreira.

Em São Paulo, passageiros revoltados com o atraso dos trens incendiaram seis composições e depredaram cinco estações na Zona Leste da cidade. Com os sinais de trânsito desligados, formaram-se engarrafamentos de quilômetros nas principais ruas.

A falta de energia atingiu ainda Brasília e os seguintes estados: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santos, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Sobrecarga pode ter sido a causa da falta de luz

O diretor de Furnas explicou que somente hoje será possível determinar a causa da queda de tensão na rede de transmissão em corrente contínua que levou o sistema a se auto-desligar por medida de segurança. A interrupção do fornecimento provocou um efeito cascata que levou as demais fornecedoras de energia, interligadas à Furnas, a reduzir sua carga. Segundo Ferreira, pode ter havido sobrecarga no sistema ou um problema no fornecimento de energia. Segundo ele, o sistema já voltara praticamente à normalidade às 20h de ontem.

Em São Paulo, o blecaute começou às 18h42m e fez com que a Eletropaulo operasse com carga máxima para que todos os bairros não fossem atingidos. Na região da Avenida Paulista, pessoas ficaram presas em elevadores e as luzes das ruas demoraram para voltar em diversos pontos da cidade, especialmente na Zona Oeste, que ficou sem luz por quase uma hora.

O pânico tomou conta dos paulistanos. No Playcenter, o maior parque de diversões da América Latina, havia quatro mil pessoas nos brinquedos no momento em que a energia caiu. Crianças que estavam numa roda gigante tiveram que ser resgatadas pelo Corpo de Bombeiros.

Revoltados com a demora dos trens, passageiros promoveram um quebra-quebra nas estações Engenheiro Goulart, Artur Alvim, Vila Matilde, Calmon Viana e Engenheiro Gualberto. Apesar de todos os problemas, os trens do metrô continuaram funcionando normalmente. ■

Nem Covas se anima com seus planos

Governador diz que proposta de fortalecer Polícia Civil dificilmente passará no Congresso

Sandra Boccia

SÃO PAULO. Um dia depois de enviar a Brasília projeto de emenda constitucional propondo mudanças no sistema de segurança dos estados, o governador Mário Covas (PSDB) reconheceu ontem que prevê dificuldades para sua aprovação pelo Congresso.

As pessoas nos pedem providências sem saber se elas estão ou não de acordo com a lei. A Constituição diz que as mudanças são possíveis e podem ser feitas. Esta é apenas uma proposta a ser discutida, mas sei que não é uma coisa tranquila de passar no Congresso — disse Covas, que ressaltou que não espera, no entanto, resistências ou boicote por parte das cúpulas das polícias militar e civil, que estariam descontentes com a proposta.

Oficiais da PM não gostaram de saber que Covas pretende enfraquecer a corporação, tirando-a das ruas, e fortalecer a Polícia Civil. A proposta de Covas reduz o

número de PMs de 75 mil para, no máximo, 50 mil.

Segundo o presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia de São Paulo, Paulo Roberto Siquetto, serão os senadores simpáticos à alta cúpula da PM, e não os deputados, que poderão deformar a proposta.

Proposta também não agrada aos deputados estaduais

Na Câmara o projeto deve passar porque o contato dos deputados com os PMs não é tão estreito. O problema será no Senado, onde o lobby da PM é bem mais forte. É lá que a proposta corre o risco de ser mutilada porque 70% dos senadores são ex-governadores estaduais que se tornaram simpáticos à alta cúpula da PM depois de serem bajulados enquanto ocupavam seus postos. — disse Siquetto, acrescentando que é plenamente favorável à proposta de Covas, embora acredite que a Polícia Civil também deva passar por reformas.

Na Assembléia, deputados estaduais da oposição e aqueles que fizeram parte dos quadros da PM reagiram com veemência contra a proposta. Segundo o deputado Elói Pietá (PT), de nada adianta transferir tarefas para uma instituição que mal dá conta de seus próprios deveres e também tem problemas relacionados à corrupção e à burocratização.

As duas polícias deveriam sofrer mudanças radicais. Hoje a Polícia Civil não consegue desenvolver a sua principal tarefa, que é investigar crimes, e não tem condições de absorver uma parte da PM para fazer o policiamento ostensivo — criticou Pietá.

Para Conte Lopes (PPB), a proposta de Covas ocultaria a falta de pulso firme do governador.

É um projeto absurdo. Em vez de o governador demitir coronéis por causa de Diadema, prefere ficar em cima do muro para não se comprometer. É fácil transferir decisões para outras instâncias, mas com isso ele só

vai ganhar a revolta da corporação e da sociedade. A Polícia Civil não tem mais credibilidade do que a PM — opinou o deputado, observando que a Polícia Civil também já produziu seus "Rambos", como aqueles que obrigaram inocentes a confessar culpa no caso da estudante Adriana Ciola, assassinada ano passado no Bar Bodega, em São Paulo.

Para a PM, projeto merece ser ao menos discutido

Para o deputado Ubiratan Guimarães (PSD), que comandou o massacre de 11 presidiários no Carandiru, a proposta de Covas não respeita a legitimidade do Alto Comando da PM.

O comandante geral sequer sabia desse estudo — disse.

A assessoria de comunicação da PM informou que o Alto Comando não comentará o projeto antes que ele seja estudado, mas ressaltou que, num estado de direito, todas as propostas merecem discussões. ■

Promotor denuncia policiais e bicheiros de São Paulo

Encabeçados por Ivo Noal, eles vão responder por crimes de corrupção e por formação de quadrilha

SÃO PAULO. Sessenta e cinco bicheiros e 43 policiais civis foram denunciados pelo promotor Gabriel César de Inellas, do Ministério Público de São Paulo, como integrantes do maior esquema de corrupção policial já encaminhado à Justiça no país. Os bicheiros, capitaneados por Ivo Noal, foram denunciados por corrupção ativa e formação de quadrilha, enquanto os policiais foram enquadrados no crime de corrupção passiva e tiveram pedido o sequestro de seus bens. O promotor também remeteu cópia da denúncia ao Ministério Público Federal para que seja apurado o crime de sonegação fiscal e à Promotoria de Justiça da Cidadania para que, no caso dos policiais, sejam instaurados processos de improbidade administrativa e enriquecimento ilícito. Segundo Inellas, os policiais podem perder o cargo e os bens acumulados.

As investigações começaram em abril de 1994, quando, alertado pelas investigações realizadas no Rio, o então secretário de Segurança Pública, Odyr Porto, determinou que se instaurasse um processo semelhante na Corregedoria de Polícia Civil de São Paulo. Batidas em fortalezas de bicheiros possibilitaram a apreensão de documentos, como agendas e material de aposta em vários pontos do Estado, facilitando a identificação dos policiais envolvidos no esquema de jogo do bicho.

A quebra do sigilo bancário dos 43 policiais e dos bicheiros permitiu o cruzamento de informações obtidas a partir de declarações de Imposto de Renda, registros de imóveis e de veículos no Detran de São Paulo. O resultado mostrou que os policiais acumularam patrimônio incompatível com os seus ganhos. ■